

Clientelismo e dominação no cenário das eleições

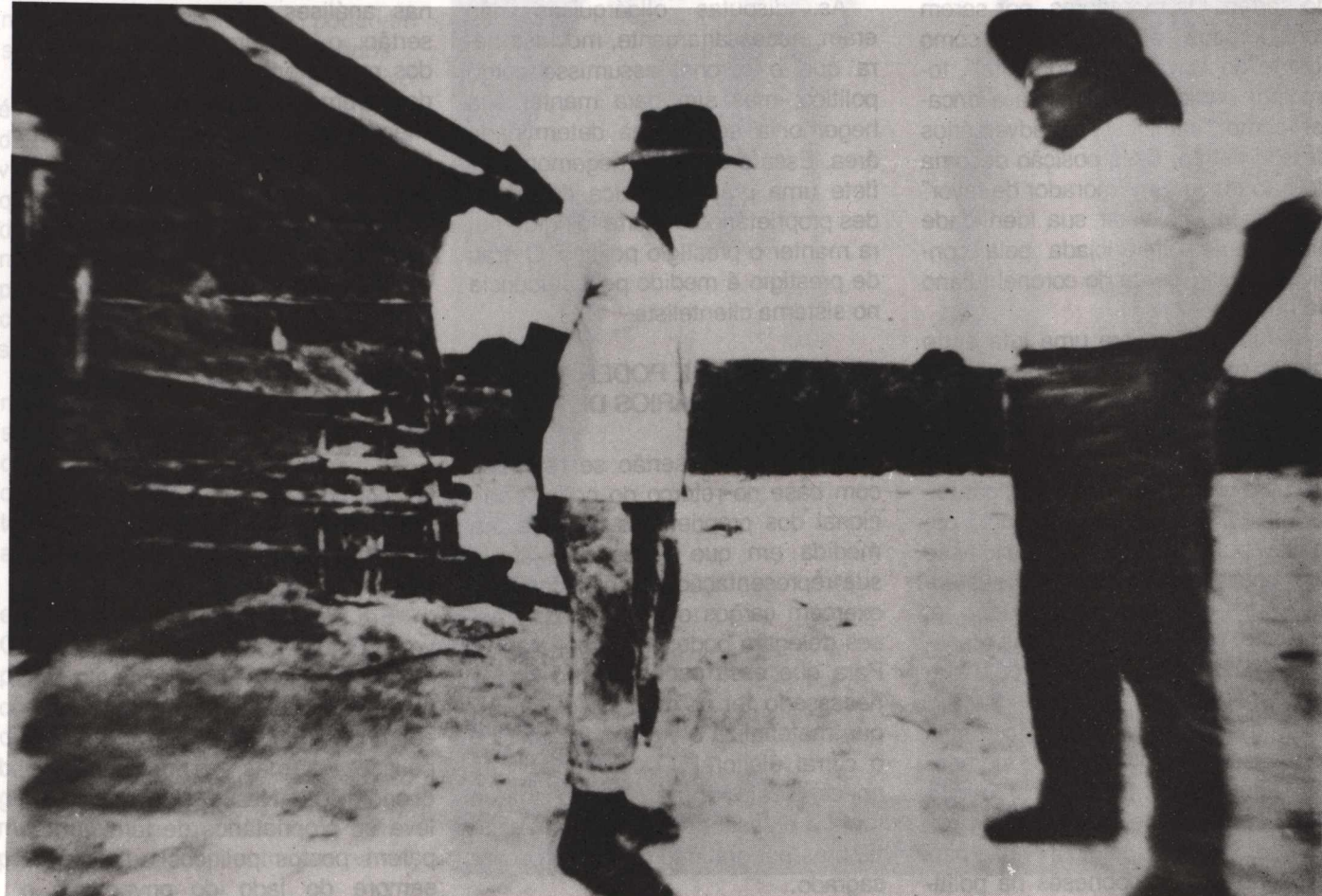
César Barreira *

As eleições no Nordeste rural configuram um quadro expressivo de reprodução da estrutura local de poder. O período eleitoral é, nesse sentido, o momento em que a dominação aparece de forma cristalina, reafirmando os pactos produzidos e consolidados ao longo do tempo.

Trata-se de um tempo já bem antigo. Desde 1881 a lei Saraiva deixava espaços para o progressivo desenvolvimento do poder coronelista. O crescimento das influências locais com a luta eleitoral de casa em casa e o surgimento dos cabos eleitorais são formas a partir das quais a dominação se consolida.

Em termos genéricos é possível dizer que a situação se repete de forma invariante por muitos anos. É importante examinar o papel dos coronéis ao longo da História.

Foto: Informar/Maria do Pilar



O PESO DOS CORONÉIS NA REPÚBLICA

A passagem do regime imperial ao republicano irá acentuar e exacerbar a função eleitoral dos proprietários de terra. Os coronéis proprietários de terra passam a ser os principais cabos eleitorais. Ao contrário dos presidentes de províncias, os proprietários de terra não são ativos somente nos períodos eleitorais: fazem política em todos os momentos.

O votar no "candidato do patrão" representa um bem de troca de fidelidade e gratidão. O voto representa um bem de troca entre "moradores de favor" e proprietários e desses para com o poder estadual e federal. Nessa corrente ganham corpo os famosos currais eleitorais do sertão. Os proprietários de terra exercem o papel de mediadores, através do voto, entre o camponês e o poder estadual ou central.

A grande disputa na Primeira República era entre os proprietários de terra ou entre as grandes famílias do sertão. Os moradores, por serem considerados e conhecidos como "gente do coronel fulano de tal", tomavam partido e passavam a encarar como "inimigos" os adversários de seu patrão. Essa posição decorria do fato de ser um "morador de favor" e, também, de estar sua identidade diretamente referenciada pela condição de ser "gente do coronel fulano de tal".

A luta política era uma luta entre iguais, os objetivos particulares não se distinguiam claramente dos objetivos políticos e, por último, os setores populares foram absorvidos pelo discurso das dissidências oligárquicas. Esses aspectos apontam, primeiro, para a política de exclusão dos camponeses, base de sustentação da "Paz Agrária" no sertão, e, segundo, para a natureza das disputas de liderança regional ou estadual.

Na disputa de facções os coronéis conseguem envolver seus moradores, agregados ou sitiantes, o que exclui, em grande parte, os camponeses do cenário político. A não-participação dos camponeses na política

ca e mesmo o reforço que dão ao "partido dos patrões" são, em parte, resultados desse tipo de envolvimento histórico, levando os camponeses, até os dias atuais, a um descrédito da política e de seus possíveis representantes, e à negação ou omissão quanto à participação na política eleitoral. É nesse vazio, criado pelos coronéis, que se fortalece a dominação e se perpetua o poder dos proprietários de terra.

As disputas oligárquicas marcam profundamente a história do sertão nordestino. De 1901 a 1928, somente no Ceará, foram registradas 16 lutas entre os coronéis, com mortes de chefes políticos, assaltos às cidades etc., levando, em muitos casos, à emigração dos coronéis derrotados. Esse clima atinge limites que impõem a interferência de autoridades e de outros coronéis para sanar prolongadas disputas. Exemplar, nesse sentido, foi o "Pacto dos Coronéis", celebrado em Juazeiro do Norte (CE), no dia 4 de outubro de 1911, com a mediação de padre Cícero.

As disputas oligárquicas não eram, necessariamente, movidas para que o coronel assumisse cargo político, mas sim para manter sua hegemonia sobre uma determinada área. Essa procura de hegemonia reflete uma prática política dos grandes proprietários de terra, dirigida para manter o prestígio político. O grau de prestígio é medido pela influência no sistema clientelista.

CLIENTELISMO E PODER DOS PROPRIETÁRIOS DE TERRA

A política no sertão se reproduz com base no reforço do poder tradicional dos proprietários de terra, na medida em que esses delegam a sua representação aos políticos, que exercem cargos ou mandatos, e esses delegam poder aos proprietários. Para que essa cadeia seja viável é necessário ter o "morador de favor", que materializa o voto de cabresto e o curral eleitoral. O camponês vota no candidato do patrão não porque tema a pressão, ainda que esta exista, mas por gratidão ou por um dever sagrado.

É importante destacar que, na origem, a compra do voto está ligada ao surgimento dos cabos eleitorais profissionais, pessoas que trabalham nos pequenos povoados do interior, "prestando serviço" ao eleitor em troca de benefícios ou mesmo salários recebidos de um político. A compra do voto está ligada, também, a alterações nas relações de trabalho, que conferem ao camponês maior independência em relação ao proprietário. A institucionalização da compra do voto no sertão se dá na medida em que cresce a população residente fora das fazendas e, em seu interior, os moradores residentes começam a perder ou a cortar seus vínculos pessoais com o patrão. Esse aspecto é importante para mostrar que a compra do voto não é uma prática dos coronéis proprietários de terra. Ela surge pela própria complexidade da sociedade, na qual a representação delegada pelos proprietários de terra a um candidato já não é mais suficiente para elegê-lo.

Dois aspectos intimamente relacionados estão sempre presentes nas análises sobre as eleições no sertão: o primeiro, é que o partido dos proprietários de terra é o partido do governo; o segundo, é a estrutura clientelista que vem varando séculos. A meta de estar sempre no poder é que, em grande parte, mantém e dá continuidade ao sistema clientelista, cuja existência é calcada na viabilidade de atender aos interesses e reivindicações do eleitorado rural. A alternância levaria a uma desconcontinuidade de tal atendimento, o que implicaria dificuldades para a reprodução do sistema clientelista.

Já fazem parte da história política do sertão algumas frases famosas que retratam bem essa situação:

"O governo muda, mas eu não mudo: fico com o governo."

"Em política, eu sou intransigente: voto no governo."

Ser oposicionista, principalmente na esfera municipal, é muito "desconfortável", implicando problemas políticos, mas, principalmente, econômicos. Nesse sentido, o que leva os proprietários de terra a ocuparem postos políticos ou estarem sempre do lado do governo é o

Foto: Informar/Valdir Alfonso



acesso ao usufruto econômico de um sistema administrativo que lhes proporciona privilégios e respaldo para a consecução de seus interesses particulares.

Quando, por qualquer motivo, um coronel entrava em "desprestígio" ou "desgosto" do governo nas eleições, aquele perdia o lugar para outro que, geralmente, entrava ávido de poder e em impiedosa concorrência. Se, por um lado, essas mudanças conseguem manter o predomínio de uma determinada oligarquia, por outro, apontam fissuras no monopólio do poder.

A partir da substituição dos coronéis por profissionais liberais e, mais especificamente, por políticos profissionais, essa prática começa a ser mudada. Os candidatos mostram serviço somente nos períodos que antecedem as eleições. Essa atitude, se por um lado cria uma relação vul-

nerável, faz que terminem as obrigações do político para com o eleitor no dia das eleições.

Quase todos os compromissos ou promessas são cumpridos antes das eleições numa relação pessoal e individual, consubstanciada na compra de voto.

Tal compra corresponde, de praxe, à malversação dos recursos públicos, em que a compra do voto não se dá pelo pagamento em dinheiro ou produto, mas pelo resultado do controle da máquina político-administrativa. A compra de voto, via serviços públicos, traz sérios prejuízos para a região, em decorrência do atendimento privilegiado de interesses privados.

A "QUALIFICAÇÃO DO ELEITOR" E OS CURRAIS ELEITORAIS

Um aspecto importante da prática eleitoral no sertão é a formação do

eleitorado. Essa formação tem início com a qualificação do eleitor ou quando é obtido o título eleitoral. Desde esse momento, os políticos começam a atuar. É daí que surge a expressão: "eleitor no sertão já nasce preso". A formação do eleitor, que depois passa a fazer parte de um colégio eleitoral, de um determinado político, representa para os políticos não só a possibilidade de ter um controle do novo eleitor, como, também, o momento da ampliação do eleitorado.

A qualificação do eleitor é que possibilita a composição de um colégio eleitoral. Com um colégio eleitoral delimitado, há o início da divisão do eleitorado, ou seja, a demarcação de áreas eleitorais por candidato, que constituem os currais eleitorais.

Essas áreas passam a ser sagradas dentro das regras do jogo político.

co do sertão. Para um candidato entrar politicamente ou eleitoralmente em uma área, tem de ter a permissão do chefe político. Um chefe político é o que detém um número expressivo de colégios eleitorais.

A relação entre proprietário de terra e eleição nos sertões tem passado por três grandes fases. O primeiro período estende-se até 1933; é marcado pelas eleições fraudulentas, decididas a "bico de pena" e com o uso da violência, prisões e assassinatos de adversários políticos. De 1896 a 1912 o Estado nomeava os intendentos e tinha o controle das forças policiais. A polícia coagia os eleitores, em articulação com as facções dominantes locais, que davam apoio à máquina estadual em troca de autonomia nos municípios.

Nas eleições do início deste século o voto perde importância para a "composição das mesas eleitorais", "de juntas de qualificação ou de apuração", dispositivos necessários às vitórias eleitorais.

Nesse período não havia necessidade de compra de voto porque a vitória era automática. A fidelidade, a dependência e o próprio distanciamento dos camponeses dos fenômenos eleitorais acoplados aos mecanismos de distorção direta do processamento eleitoral dispensam o aliciamento ou manipulação do eleitorado camponês.

Em 1933 ocorrem as últimas eleições desse primeiro período, somente retornando o processo eleitoral em 1945. Inicia-se, então, um segundo momento eleitoral no sertão.

Esse período é fortemente marcado pela grande valorização do voto. Os proprietários, para manter o poder político, se utilizam da manipulação e aliciamento do eleitorado camponês. Surgem os cabos eleitorais, que passam a ser necessários e úteis.

A compra do voto não se efetiva pelo pagamento em dinheiro, e sim pela gratidão decorrente de algum serviço prestado pelo proprietário: pagamento do casamento, ter registrado um filho, ter tirado o título de eleitor, a carteira de identidade ou facilitando o internamento em um

hospital público. O votar em um candidato expressa a fidelidade do camponês e uma troca de favor.

Outras medidas assistenciais adicionais garantem o voto, que é trabalhado, e não mais automático.

Esse período é marcado pela dominação pessoal, que é o sustentáculo do sistema clientelístico e oligárquico dos sertões.

O último período que se inicia no bojo da construção de uma nova ordem política no sertão ganha contornos mais precisos, principalmente, a partir do final da década de 60.

Esse período tem como característica fundamental o rompimento com a dependência pessoal: os valores lealdade, favor e gratidão começam a ser redefinidos, implicando mudanças no comportamento político-eleitoral do camponês.

REINADO DOS CORONÉIS

"Ao longo dos últimos 58 anos, a mais expressiva liderança do Ceará, o coronel da reserva e senador Virgílio Távora, está convicto de que, apesar de todo o alvoroço com o rompimento entre o governador Gonzaga Mota e os três coronéis do Estado, e com a eleição da petista Maria Luiza Fontenelle para a Prefeitura da capital, o Estado ainda não gerou um líder capaz de acabar com o reinado do coronelismo." (Jornal do Brasil, 6.10.86)

Essa afirmação, em parte, foi negada nas eleições do dia 15 de novembro de 1986, no Estado do Ceará. Os dois coronéis candidatos foram derrotados: o coronel Aduino Bezerra, para governador do Estado, e o coronel César Cals, para senador. "Em parte" porque seu apoio garantiu a eleição de vários postulantes a outros cargos, dentro de uma prática coronelística, com o voto de cabresto, ou votos de curral eleitoral. É importante destacar que os três coronéis do Ceará são coronéis do Exército brasileiro, na reserva, e, também, coronéis em suas práticas políticas.

A vitória do candidato do PMDB,

entretanto, representou um revés para a política tradicional do sertão. Foi a primeira derrota eleitoral das forças mais conservadoras e tradicionais do Estado. Em 1962 a "União pelo Ceará", articulação feita pelos setores conservadores para barrar o avanço de "novas forças" (como o PTB de Carlos Jereissati, pai de Tasso Jereissati, e correntes sindicalistas e de esquerda), conseguiu vitória expressiva no Estado, levando ao governo estadual o coronel Virgílio Távora, da UDN.

Nas eleições de 1982, com o "acordo dos coronéis", sacramento pelo presidente João Figueiredo, que envolveu uma divisão dos postos disputados nas eleições e dos cargos de confiança no futuro governo, novamente as forças conservadoras foram vitoriosas.

A principal bandeira do empresário Tasso Jereissati, em 1986, foi a promessa de acabar com os coronéis, apontando-os como principais responsáveis pela condição de miséria do povo cearense. Seus discursos eram sempre dirigidos contra a miséria e o analfabetismo, principalmente do sertanejo. Como causa dessa situação era apontada a estrutura clientelista que dominava o Estado.

A campanha dos coronéis dava destaque a suas realizações, como uma tentativa de recuperar a imagem dos grandes "beneméritos do sertão", fazendo uma relação direta entre voto e gratidão. Esta também é referência constante no discurso dos proprietários.

A gratidão, nesse caso, é o "pagamento" do "morador de favor" ao proprietário que lhe possibilita terra para trabalhar. Essa é a base da formação e manutenção da clientela eleitoral.

A questão da terra é tão importante para a manutenção de um quadro eleitoral tradicional no Estado que quando surge qualquer perspectiva de mudança da estrutura fundiária as lideranças políticas tradicionais se manifestam.

Em 1963 Armando Falcão, deputado pelo PDS-CE, comandou uma campanha no Congresso contra a reforma agrária janguista com o "slo-

gan": "você elegeu seu deputado para ele acabar com o direito de propriedade?"

O coronel Virgílio Távora declarou que "reforma agrária sem respeito à propriedade é poesia" (O Povo, 7.5.63).

Essas citações marcam a preocupação dos políticos tradicionais com relação à distribuição da terra, bem como a seus vínculos com as oligarquias latifundiárias.

CAMPONÊS: UM NOVO ELEITOR

A clientela eleitoral que possibilita ao grande proprietário manter as benesses do Estado começa a fugir de seu controle. Em parte, pelo fato de os camponeses não residirem mais na propriedade, e, sobretudo, pela perda da dependência pessoal que ocorre no campo.

O maior ou menor poder de barganha dos proprietários de terra, no cenário político, estava diretamente relacionado ao número de moradores, agregados ou sitiantes que podiam ser convertidos em votos. Quando um proprietário de terra promete um número de votos e não consegue, é porque houve traição de seus dependentes. A lógica é uma: maior grau de miséria e dependência dos camponeses, maior grau de certeza no número de votos.

"Governo não perde eleição em ano de seca." Esta máxima do sertão revela o conteúdo das campanhas eleitorais que se pautam, não pela "promessa de dias melhores", e sim pela garantia dos recursos federais ou estaduais nas obras de cunho assistencial.

As ameaças substituem os "slogans": "caso a oposição ganhe, o governo vai cortar o fornecimento de água", ou "o banco não vai anistiar os pequenos proprietários caso o governo saia derrotado nessas eleições".

Os antigos coronéis exerciam suas funções de benfeitores durante todo o ano e cobravam os serviços prestados nos períodos eleitorais. Essa prática permanente de presteza e ativismo consolidava a gratidão dos sertanejos aos grandes donos de terra.



O votar no candidato do proprietário — participar de clientela eleitoral — é a matriz do voto de cabresto que funciona como a grande "moeda de troca" do sertão. É com o voto que o camponês paga ao proprietário o direito de morar e trabalhar. O voto expressa a gratidão e a lealdade para com o dono da terra. Por outro lado, a garantia do voto pelo proprietário representa o pagamento ou a compra antecipada dos privilégios através dos programas estatais.

Essa cadeia de trocas reproduzia-se harmonicamente no sertão através da "relação de favor".

A rede de favores começa a ser rompida, na medida em que os laços patrimoniais e a dominação pessoal passam por modificações. É o resultado das mudanças nas condições de trabalho, como a separação do local de trabalho da moradia, o desaparecimento do fornecimento etc. Mas, também, da percepção, por parte dos camponeses, do grau de exploração em que vivem.

Nesse sentido, a perda da clientela eleitoral está diretamente ligada às rupturas na relação de dependência pessoal combinada com as lutas pelos direitos. Ou seja, o desaparecimento de uma clientela eleitoral é resultado direto das rupturas na base da dominação tradicional no sertão.

Evidentemente essas mudanças se reproduzem dentro de um quadro de ambigüidades para os camponeses. A política eleitoral não faz parte do dia-a-dia dos camponeses, apresenta-se como a "política dos grandes, dos ricos". O voto termina não representando, para os camponeses,

um elemento forte na dominação.

A percepção das mudanças, pelos políticos, se leva a tentar recuperar antigas práticas, provoca alterações sensíveis no discurso para acompanhar as mudanças do comportamento eleitoral dos camponeses.

A necessidade de acompanhar a evolução política e adaptar-se a uma nova ordem política, que tem como grande marca o rompimento com a dominação tradicional que caracterizava o sertão, está criando um novo discurso político. Esse novo discurso tem de se enquadrar nas grandes demandas do campesinato. Esses aspectos implicam o surgimento de um camponês-eleitor fora da tutela do proprietário da terra. É esse novo eleitor que tem de ser atingido pelo novo discurso.

Esse discurso é também resultado de uma nova prática populista no campo, em que o político tenta dominar os novos espaços. Sua percepção leva a incorporar no discurso elementos que foram elaborados pelos camponeses no espaço de contestação e de negação de uma antiga ordem.

Os políticos se modernizam incorporando em seus discursos as reivindicações dos camponeses. Esses discursos não podem mais ser elaborados em função da ideologia do favor, mas em uma proposta que aponte transformação na estrutura social.

(*) Professor da Universidade Federal do Ceará. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, tendo defendido a tese "Conflitos Sociais no Sertão: Trilhas e Atalhos do Poder".